



Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração

1. DO PROTOCOLO

JCDF - SEDE

SEDE - JCDF

2 JAN 2019



19/000.439-8

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

53400000583

Código da Natureza Jurídica

2143

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Distrito Federal

Nome: **COOPERATIVA DOS CONDUTORES AUTONOMOS DE BRASILIA LTDA**
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



DF2201900000876

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS CÓDIGO DO ATO

QTDE DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	007		ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
	019	1	ESTATUTO SOCIAL

BRASILIA

Local

7 Janeiro 2019

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do

Nome: **NEWTON R. GUMMERS**

Assinatura: **[Assinatura]**

Telefone de Contato: **44459.6776**

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☒ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☒ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐

☐

☐

☐

15 JAN 2019

Data

Maurício dos Santos
Portaria nº 0024 de 03.07.2017

DECISÃO

☐ Proce:

☐ Proce:

☐ Proce:



JUNTA COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: 1239443
EM 15/01/2019 DA EMPRESA: 5340000058-3.

#COOPERATIVA DOS CONDUTORES AUTONOMOS DE BRASILIA LTDA#

Protocolo: 19/000.439-8 EM 02/01/2019

Data

Saulo Izidorio Vieira
SAULO IZIDORIO VIEIRA
SECRETÁRIO GERAL

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1239443 em 15/01/2019 da Empresa COOPERATIVA DOS CONDUTORES AUTONOMOS DE BRASILIA LTDA, Nire 53400000583 e protocolo 190004398 - 02/01/2019. Autenticação: 734C245B1E416D6DB97FBF7E054B4FBE42EF94. Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jcdf.mdic.gov.br> e informe nº do protocolo 19/000.439-8 e o código de segurança aMMg. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/01/2019 por Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral.

Saulo Izidorio Vieira
SAULO IZIDORIO VIEIRA
SECRETÁRIO GERAL



3º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS DE BRASÍLIA
SCS Quadra 08, Bloco B-60, Loja 140-D, Verâncio Shopping, 1º Andar, Brasília/DF Cep: 70333-900 - Fone: (61) 3321-2212
Site: www.3oficiobsb.com.br Email: tabjcar@solar.com.br

RECONHEÇO e dou fê por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
[1u5qfd60] - NEWTON RODRIGUES GUIMARAES

70DF1201900000116766LUN
consultar: www.tjdf.jus.br

Em Testemunho ☒ da verdade.
Brasília, 08 de Janeiro de 2019 - 14:02:48
054 - RENICE ALCIDES SOARES DOS SANTOS
ESCREVENTE AUTORIZADO



Junta Comercial do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1239443 em 15/01/2019 da Empresa COOPERATIVA DOS CONDUTORES AUTONOMOS DE BRASILIA LTDA, Nire 53400000583 e protocolo 190004398 - 02/01/2019. Autenticação: 734C245B1E416D6DB97FBF7E054B4FBE42EF94. Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jcdf.mdic.gov.br> e informe nº do protocolo 19/000.439-8 e o código de segurança aMMg. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/01/2019 por Saulo Izidorio Vieira – Secretário-Geral.

Saulo Izidorio Vieira
SAULO IZIDORIO VIEIRA
SECRETÁRIO GERAL


NIRE: 53 4 0000058-3

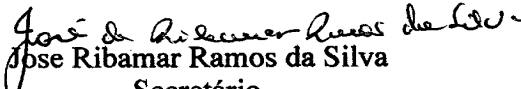
ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DOS CONDUTORES AUTÔNOMOS DE BRASÍLIA LTDA – COOBRAS. Aos dias 10 de novembro de 2018 realizou-se a assembleia geral extraordinária da Cooperativa dos Condutores Autônomos Ltda – COOBRAS, situada no SCS Quadra 01 Bloco “C” Edifício Antonio Venâncio da Silva, salas 913/914 Asa Sul, Brasília-DF, inscrita no CNPJ sob o nº 00.521.294/0001-05 e registrada nesta Junta Comercial sob o NIRE: 53 4 0000058-3, conforme edital de convocação publicado no diário oficial e na íntegra transcrito a seguir: Assembleia Geral Extraordinária da Cooperativa dos Condutores Autônomos de Brasília LTDA – COOBRAS. O Diretor Presidente da COOBRAS, inscrita no CNPJ: 00.521.294/0001-05, convoca os senhores cooperados, que nesta data são em número de 207 a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizado no auditório da OCB, Setor de Autarquias Sul Quadra 04 Bloco I lote 03 Asa Sul, Brasília/DF, no dia 10 de novembro de 2018, em primeira convocação às 10:00 horas, com a presença de 2/3 dos cooperados, não alcançado, em segunda convocação às 11:00 horas, com a presença de metade mais um dos cooperados e persistindo a falta de quórum legal, em terceira e última convocação, às 12:00, com a presença mínima de 10 cooperados, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1. Reforma estatutária, sendo os seguintes itens: 1.1 Alterar Art. 8º, 10º 14º e 15º; 1.2 Remover Art. 19º. Quaisquer assuntos de interesse dos cooperados sem valor decisório. Brasília/DF, 25 de outubro de 2018. Para efeitos legais e Estatutários, declara-se que o número de associados em condições de votar é de 207 (duzentos e sete). Brasília-DF, 10 de novembro de 2018. Newton Rodrigues Guimarães, Diretor Presidente. Com a palavra, o Presidente da Coobras saudou a todos os presentes, e as 12h00min horas em terceira e última convocação deste dia, declarou aberta a Assembleia Geral Extraordinária da Cooperativa dos Condutores Autônomos de Brasília Ltda – COOBRAS, com presença de 95 (noventa e cinco) cooperados para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Reforma estatutária, sendo os seguintes itens: 1.1 Alterar Art. 8º, 10º 14º e 15º; 1.2 Remover Art. 19º. Quaisquer assuntos de interesse dos cooperados sem valor decisório. Dando prosseguimento o Presidente solicitou a presença do Diretor secretário Sr. Jose de Ribamar ramos da silva, sócio Nº 0305 com a palavra o secretário agradeceu a todos os presentes e ato continuo fez a leitura do Edital de convocação e passou a palavra ao presidente que convidou para compor a mesa o Diretor Financeiro Sr. Marlon Alves Batista sócio Nº0249, Diretor comercial Sr. Marcos Antonio Martins De Jesus sócio Nº 0310, Vice Presidente Sr. Jose Adelson Cordeiro Da Silva sócio Nº 0323 e o 1º suplente Jailson Monteiro Camará sócio nº 0173; O Presidente passou a discutir o item nº 1. Reforma estatutária, 1.1Alterar Artigos. 8º, 10º, 14º e 15º; Desta forma passou então a apresentação e votação das propostas de alteração estatutária; 1.1 **ARTIGO 8º** inciso II, passará a vigorar com seguinte redação: Contribuir com as taxas quinzenais, de manutenção, inclusive da Administração, e encargos operacionais que forem estabelecidos; Foi colocada em votação tendo sido aprovada por 89 (oitenta e nove) votos a favor e 0 (zero) contrário; No artigo 8º foi criado dois parágrafo, que passará a vigorar com seguinte redação: **PARÁGRAFO 1º** - O associado que ficar inadimplente com as taxas quinzenais de manutenção, inclusive as Administrativas e os encargos operacionais que forem estabelecidos, na forma do inciso II do caput deste artigo, será suspenso das suas atividades, cuja suspensão será revogada tão logo quitado o débito. **PARÁGRAFO 2º** - Caso o associado não faça o pagamento dos débitos previstos no parágrafo anterior, em até 60 (sessenta) dias, a contar da data da suspensão, sofrerá processo de sua eliminação da Cooperativa, nos termos deste estatuto; Foi colocada em votação tendo sido aprovada por (oitenta e nove) votos a favor e 0 (zero) contrário; No **ARTIGO 10º** ouve alteração no parágrafo 1º, passado a vigorar com seguinte redação: **PARÁGRAFO 1º** - A aplicação ou não da penalidade prevista neste artigo



dar-se-á após a regular notificação do associado, que terá um prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento da notificação, para apresentar sua defesa. E o parágrafo 4º passado a vigorar com seguinte redação: **PARÁGRAFO 4º** - O associado eliminado poderá, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da notificação, interpor recurso, que será julgado na próxima Assembleia Geral, e não o fazendo dentro desse prazo, a eliminação será considerada definitiva. Foi colocada em votação tendo sido aprovada por 89 (oitenta e nove) votos a favor e 0 (zero) contrário; O **ARTIGO 14º** passará a vigorar com seguinte redação: **ARTIGO 14º** - O capital social da Cooperativa, representado por quotas-partes, é ilimitado quanto ao máximo e varia conforme o número total de quotas-partes subscritas, não podendo, porém, ser inferior a R\$40.000,00 (quarenta mil reais). Colocada em votação foi aprovada 88 (oitenta e oito) votos a favor e 01 (um) voto contrário; **ARTIGO 15º** que passará a vigorar com seguinte redação: **ARTIGO 15º** - O Capital Social é subdividido em quotas-partes de valor unitário correspondente a R\$ 25,00 (vinte cinco reais) cada quota; Foi colocada em votação tendo sido aprovada por 89 (oitenta e nove) votos a favor e 0 (zero) contrário; 1.2 Remover **ARTIGO 19º**, foi colocada em votação tendo sido aprovada por 89 (oitenta e nove) votos a favor e 0 (zero) contrário; Respondido todos os questionamento o presidente deu continuidade com os assuntos de interesse dos cooperados sem valor decisório, foi apresentado à contratação do Sr. Herverthon, um profissional na área de licitação e tecnologia do aplicativo Digital, apresentou também uma ferramenta de chamada por whatsapp, buscando novos clientes para a cooperativa, dando 30% de desconto em dinheiro e cartão, mandando o carro mais próximo, ato continuo foi explicitado o situação financeira da cooperativa que devido esta crise que assola o ramo de taxi, teremos que ajustar a quinzena de R\$ 180,00 (cento e oitenta) para R\$ 220,00 e o percentual dos voucher de 15% (quinze) para 20% (vinte); E desta forma, sem mais para ser tratado, foi dada por encerrada a presente assembleia às 13h30 horas, certificando que a presente ata é cópia fiel do livro próprio de atas, e eu, Jose Ribamar Ramos da Silva, secretário, lavrei a presente ata que após lida foi em seguida assinada por mim e demais interessados.

Brasília, DF 10 de Novembro de 2018.


Newton Rodrigues Guimarães
Diretor Presidente


Jose Ribamar Ramos da Silva
Secretário





COOBRAS - Cooperativa dos Condutores Autônomos de Brasília Ltda.

CNPJ- 00.521.294/0001-05

INSC. CF/DF 07.324.047/001-55

CARTA CIRCULAR Nº 01/2018

COOBRAS – Cooperativa dos Condutores Autônomos de Brasília LTDA.

Assembleia Geral Extraordinária


O Diretor Presidente da COOPTAXI/DF, inscrita no CNPJ: 28.086.859/0001-84, no uso das atribuições conferidas pelo Art. 35 do Estatuto Social convoca os senhores cooperados, que nesta data são em número de 20 para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizado no auditório da OCB, Setor de Autarquias Sul Quadra 04 Bloco I lote 03 Asa Sul, Brasília/DF, no dia **10 de novembro de 2018**, em primeira convocação às **10:00** horas, com a presença de 2/3 dos cooperados, não alcançado, em segunda convocação às **11:00** horas, com a presença de metade mais um dos cooperados e persistindo a falta de quórum legal, em terceira e última convocação, às **12:00**, com a presença mínima de 10 cooperados, a fim de deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**:

1. Dissolução voluntária da cooperativa:

1.1 Nomeação de Liquidante(s);

1.2 Eleição do Conselho Fiscal.

Quaisquer assuntos de interesse dos cooperados sem valor decisório.


Newton Rodrigues Guimarães
Diretor Presidente
Diretor Presidente

Brasília/DF, 25 de outubro de 2018.



COOBRAS - Cooperativa dos Condutores Autônomos de Brasília LTDA

Assembleia Geral Extraordinária

O Diretor Presidente da COOBRAS, inscrita no CNPJ: 00.521.294/0001-05, convoca os senhores cooperados, que nesta data são em número de 207 a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizado no auditório da OCB, Setor de Autarquias Sul Quadra 04 Bloco I lote 03 Asa Sul, Brasília/DF, no dia **10 de novembro de 2018**, em primeira convocação às **10:00** horas, com a presença de 2/3 dos cooperados, não alcançado, em segunda convocação às **11:00** horas, com a presença de metade mais um dos cooperados e persistindo a falta de quórum legal, em terceira e última convocação, às **12:00**, com a presença mínima de 10 cooperados, a fim de deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**:

1. Reforma estatutária, sendo os seguintes itens:

1.1 Alterar Art. 8º, 10º 14 e 15;

1.2 Remover Art. 19º.

Quaisquer assuntos de interesse dos cooperados sem valor decisório.


Newton Rodrigues Guimarães
Diretor Presidente

Brasília/DF, 25 de outubro de 2018.

COOBRAS - Cooperativa dos Condutores Autônomos de Brasília LTDA

Assembleia Geral Extraordinária

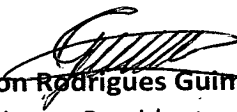
O Diretor Presidente da COOBRAS, inscrita no CNPJ: 00.521.294/0001-05, convoca os senhores cooperados, que nesta data são em número de 207 a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizado no auditório da OCB, Setor de Autarquias Sul Quadra 04 Bloco I lote 03 Asa Sul, Brasília/DF, no dia **10 de novembro de 2018**, em primeira convocação às **10:00** horas, com a presença de 2/3 dos cooperados, não alcançado, em segunda convocação às **11:00** horas, com a presença de metade mais um dos cooperados e persistindo a falta de quórum legal, em terceira e última convocação, às **12:00**, com a presença mínima de 10 cooperados, a fim de deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**:

1. Reforma estatutária, sendo os seguintes itens:

1.1 Alterar Art. 8º, 10º 14 e 15;

1.2 Remover Art. 19º.

Quaisquer assuntos de interesse dos cooperados sem valor decisório.


Newton Rodrigues Guimarães
Diretor Presidente

Brasília/DF, 25 de outubro de 2018.



Junta Comercial do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1239443 em 15/01/2019 da Empresa COOPERATIVA DOS CONDUTORES AUTONOMOS DE BRASILIA LTDA, Nire 53400000583 e protocolo 190004398 - 02/01/2019. Autenticação: 734C245B1E416D6DB97FBF7E054B4FBE42EF94. Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jcdf.mdic.gov.br> e informe nº do protocolo 19/000.439-8 e o código de segurança aMMg. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/01/2019 por Saulo Izidorio Vieira – Secretário-Geral.


SAULO IZIDORIO VIEIRA
SECRETÁRIO GERAL

**SOCIEDADE BENEFICIENTE DE SENHORAS -
HOSPITAL SÍRIO LIBANÊS**

AVISO DE RECEBIMENTO DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO
Torna público que recebeu do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental - IBRAM/DF, a Licença de Instalação nº 24/2018, para a atividade de Tanque Subterrâneo para Grupo Gerador, no SGAS 613, Lote 94, Asa Sul, Brasília-DF, processo nº 00391-0000.2778/2018-06. Antonio Francisco Vazquez Puente, Representante Legal.

AVISO DE RECEBIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA
Torna público que recebeu do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental - IBRAM/DF, a Licença Prévia nº 06/2018, para a atividade de Tanque Subterrâneo para Grupo Gerador, no SGAS 613, Lote 94, Asa Sul, Brasília-DF, processo nº 00391-00003725/2018-02. Antonio Francisco Vazquez Puente, Representante Legal.
DAR-1.171/2018.

MB ENGENHARIA SPE 044 S.A.
CNPJ/MF Nº 09.124.730/0001-79 - NIRE 53300009074

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Data, hora e local: Aos 17/10/2018, às 11:30 horas, na sede da Companhia na cidade de Brasília-DF. Presença e Convocação: Dispensada pela presença da totalidade dos Acionistas. Ordem do Dia e Deliberações: (a) Reduzir o capital social, por ser excessivo e para absorção de prejuízos acumulados, conforme dispõe o artigo 173 da Lei nº 6.404/76, passando de R\$ 9.556.623,66 para R\$ 8.224.731,00. O valor total a ser restituído aos acionistas será pago nos termos do §2º do Artigo 174 da Lei nº 6.404/76, em moeda corrente; (b) Alterar a validade do mandato da Diretoria; (c) Exonerar e Eleger membro da Diretoria; e (d) Consolidar o Estatuto Social. Luiz Gustavo Rodrigues Pereira, Presidente e Dan Suguio, Secretário.
DAR-1.187/2018.

MB ENGENHARIA SPE 053 S.A.
CNPJ/MF Nº 09.041.503/0001-80 - NIRE 53300012709

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Data, hora e local: Aos 15/10/2018, às 12:00 horas, na sede da Companhia na cidade de Brasília-DF. Presença e Convocação: Dispensada pela presença da totalidade dos Acionistas. Ordem do Dia e Deliberações: (a) Aprovar a redução do capital social por ser excessivo, conforme dispõe o artigo 173 da Lei nº 6.404/76, passando de R\$ 7.878.418,00 para R\$ 7.178.418,00. O valor total a ser restituído aos acionistas será pago nos termos do §2º do Artigo 174 da Lei nº 6.404/76, em moeda corrente; (b) Alterar o endereço da sede social da Companhia; (c) Alterar o objeto social da Companhia; (d) Alterar a validade do prazo de mandato da Diretoria; (e) Exonerar e Eleger Diretor da Companhia; e (f) Consolidar o Estatuto Social da Companhia. Luiz Gustavo Rodrigues Pereira, Presidente e Dan Suguio, Secretário.
DAR-1.184/2018.

MB ENGENHARIA SPE 045 S.A.
CNPJ/MF Nº 09.124.773/0001-54 - NIRE 53300010897

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Data, hora e local: Aos 15/10/2018, às 14:30 horas, na sede da Companhia, localizada em Brasília-DF. Presença e Convocação: Dispensada pela presença da totalidade dos Acionistas. Ordem do Dia e Deliberações: (a) Alterar o endereço da sede social; (b) Alterar o objeto social da Companhia; (c) Reduzir o capital social da Companhia por ser excessivo, conforme dispõe o Art. 173 da Lei nº 6.404/76, passando de R\$ 5.612.697,00 para R\$ 5.126.697,00. O valor total a ser restituído aos acionistas será pago nos termos do §2º do Artigo 174 da Lei nº 6.404/76, em moeda corrente; (d) Exonerar e eleger membro da Diretoria; e (e) Consolidar o Estatuto Social. Luiz Gustavo Rodrigues Pereira, Presidente e Dan Suguio, Secretário.
DAR-1.188/2018.

MB ENGENHARIA SPE 048 S.A.
CNPJ/MF Nº 09.034.300/0001-66 - NIRE 53300010871

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Data, hora e local: Aos 15/10/2018, às 15:00 horas, na sede da Companhia na cidade de Brasília-DF. Presença e Convocação: Dispensada pela presença da totalidade dos Acionistas. Ordem do Dia e Deliberações: (a) Reduzir o capital social, por ser excessivo e para absorção de prejuízos acumulados, conforme dispõe o artigo 173 da Lei nº 6.404/76, passando de R\$ 1.001.149,26 para R\$ 490.294,00. O valor total a ser restituído aos acionistas será pago nos termos do §2º do Artigo 174 da Lei nº 6.404/76, em moeda corrente; (b) Alterar o objeto social; (c) Exonerar e Eleger Diretor; e (d) Consolidar o Estatuto Social. Luiz Gustavo Rodrigues Pereira, Presidente e Dan Suguio, Secretário.
DAR-1.184/2018.

MB ENGENHARIA SPE 036 S.A.
CNPJ/MF Nº 09.041.489/0001-14 - NIRE 53300009091

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Data, hora e local: Aos 15/10/2018, às 10:30 horas, na sede da Companhia localizada em Brasília-DF. Presença e Convocação: Dispensada pela presença da totalidade dos Acionistas. Ordem do Dia e Deliberações: (a) Alterar o endereço da sede social; (b) Alterar o objeto social; (c) Reduzir o capital social da Companhia por ser excessivo, conforme dispõe o artigo 173 da Lei nº 6.404/76, passando de R\$ 20.364.020,83 para R\$ 14.364.020,00. O valor total a ser restituído aos acionistas será pago nos termos do §2º do Artigo 174 da Lei nº 6.404/76, em moeda corrente; (d) Exonerar e eleger membro da Diretoria; e (e) Consolidar o Estatuto Social. Luiz Gustavo Rodrigues Pereira, Presidente e Dan Suguio, Secretário.
DAR-1.189/2018.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/accredited.html>, pelo código 50012018102600070

ESTAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS - WEST EIRELI - ME

AVISO DE RECEBIMENTO DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO - REFORMA
Torna público que recebeu do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental - IBRAM/DF, a Licença de Instalação nº 22/2018, para a atividade de Posto Revendedor de Combustível no Núcleo Rural Ponte Alta, Av. Contorno, Lt 03- Setor Oeste - RAI - Gama-DF, processo nº 00391-00000191/2018-54 AGLEIBE FERREIRA.

AVISO DE RECEBIMENTO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO
Torna público que recebeu do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal Brasília Ambiental - IBRAM/DF, a Licença de Operação nº 102/2018, para a atividade de Posto Revendedor de Combustível no Núcleo Rural Ponte Alta, Av. Contorno, Lt 03- Setor Oeste - RAI Gama DF, processo nº 00391-00016523/2017-31. AGLEIBE FERREIRA.
DAR-1.191/2018.

AUTO POSTO CHAVES LTDA

AVISO DE RECEBIMENTO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO
Torna público que recebeu do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental - IBRAM/DF, a Licença de Operação nº 114/2018, para a atividade de Transporte Rodoviário de Cargas Perigosas -TRCP, no BR 060, KM 13, Rodovia Brasília/Anápolis, Recanto das Emas, Brasília/DF, processo nº 00391-00019636/2017-99 AGLEIBE FERREIRA
DAR-1.192/2018.

**COOPERATIVA DOS CONDUTORES AUTÔNOMOS
DE BRASÍLIA LTDA - COOBRAS**

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
O Diretor Presidente da COOBRAS, inscrita no CNPJ: 00.521.294/0001-05, convoca os senhores cooperados, que nesta data são em número de 207 a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizado no auditório da OCB, Setor de Autarquias Sul Quadra 04 Bloco I lote 03 Asa Sul, Brasília/DF, no dia 10 de novembro de 2018, em primeira convocação às 10:00 horas, com a presença de 2/3 dos cooperados, não alcançado, em segunda convocação às 11:00 horas, com a presença de metade mais um dos cooperados e persistindo a falta do quórum legal, em terceira e última convocação, às 12:00, com a presença mínima de 10 cooperados, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1. Reforma estatutária, sendo os seguintes itens: 1.1 Alterar Art. 8º, 10º 14, 15 e 19º. Quaisquer assuntos de interesse dos cooperados sem valor decisório. Newton Rodrigues Guimarães - Diretor Presidente.
DAR-1.195/2018.

**AUTO POSTO ORIGINAL BRASÍLIA DERIVADOS
DE PETRÓLEO LTDA-ME**

AVISO DE RECEBIMENTO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO
Torna público que recebeu do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental - IBRAM/DF, a Licença de Operação nº 109/2018, para a atividade de Posto de Combustível, no SHCS SQ 415, Bloco "B", PLL 03, Loja 10, Asa Sul, processo nº 00391-00020386/2017-30. AGLEIBE FERREIRA.
DAR-1.193/2018.

**COOPERATIVA DOS CONDUTORES TAXISTA DO
DISTRITO FEDERAL - COOPTAXI/DF**

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
O Diretor Presidente da COOPTAXI/DF, inscrita no CNPJ: 28.086.859/0001-84, no uso das atribuições conferidas pelo Art. 35 do Estatuto Social convoca os senhores cooperados, que nesta data são em número de 20 para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizado no auditório da OCB, Setor de Autarquias Sul Quadra 04 Bloco I lote 03 Asa Sul, Brasília/DF, no dia 10 de novembro de 2018, em primeira convocação às 07:00 horas, com a presença de 2/3 dos cooperados, não alcançado, em segunda convocação às 08:00 horas, com a presença de metade mais um dos cooperados e persistindo a falta de quórum legal, em terceira e última convocação, às 09:00, com a presença mínima de 10 cooperados, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1. Dissolução voluntária da cooperativa: 1.1 Nomeação de Liquidante(s); 1.2 Eleição do Conselho Fiscal. Quaisquer assuntos de interesse dos cooperados sem valor decisório. Newton Rodrigues Guimarães - Diretor Presidente.
DAR-1.196/2018.

COFFEE BREAK INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA

COMUNICADO
A Coffee Break Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. NIRE 53200880997. CNPJ (MF) sob o nº 02.083.051/0001-50, em reunião de sócios ocorrida no dia 05/10/2018, aprovou por unanimidade dos sócios, a redução R\$ do seu capital de 3.000.000,00 (três milhões de reais) para R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).
DAR-1.194/2018.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Junta Comercial do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1239443 em 15/01/2019 da Empresa COOPERATIVA DOS CONDUTORES AUTONOMOS DE BRASILIA LTDA, Nire 53400000583 e protocolo 190004398 - 02/01/2019. Autenticação: 734C245B1E416D6DB97FBF7E054B4FBE42EF94. Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jcdf.mdic.gov.br> e informe nº do protocolo 19/000.439-8 e o código de segurança aMMg. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/01/2019 por Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral.

Saulo Izidorio Vieira
SAULO IZIDORIO VIEIRA
SECRETÁRIO GERAL

ESTATUTO DA COOPERATIVA DOS CONDUTORES AUTONOMOS DE BRASILIA LTDA.

COOBRAS

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, ÁREA DE AÇÃO, PRAZO DE DURAÇÃO E EXERCÍCIO SOCIAL.

ARTIGO 1º - A Cooperativa dos Condutores Autônomos de Brasília Ltda. "COOBRAS", sociedade civil legalmente constituída, rege-se pelo presente ESTATUTO e pelas disposições das normas legais vigentes, tendo:

- I. Sede e administração em Brasília – Distrito Federal, sito á SCS quadra 01, Bloco "C" Edifício Antonio Venâncio da Silva Salas 911/914, Asa Sul.
- II. Foro na Circunscrição Judiciária de Brasília Distrito Federal;
- III. Área de ação, para efeito de admissão de cooperados, em todo o Distrito Federal e sua região geo-econômica;
- IV. Prazo de duração indeterminado; e
- V. Exercício social coincidindo com o ano civil, compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de cada ano.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS SOCIAIS

ARTIGO 2º - A COOBRAS tem como objetivo congrega os condutores autônomos de transporte de passageiros (taxistas) de Brasília, de sua área de ação, para promover e estimular o desenvolvimento profissional e a mais ampla defesa de seus interesses sócio-econômicos, de caráter comum.

PARAGRAFO ÚNICO - Para consecução de seus objetivos e o cumprimento de suas finalidades, a Cooperativa se propõe:



- I. Elaborar e executar planos e programas que propiciem o desenvolvimento e a melhoria das condições de trabalho, dos associados para o bom atendimento dos usuários;
- II. Prestar serviços de intermediação, agendamento, e despacho de corridas de taxi aos associados;
- III. Administrar serviços especiais de transporte de passageiros, já criados ou não, que venham a ser explorados pela categoria profissional;
- IV. Promover mediante convênios com entidades Públicas e Privadas, o aprimoramento técnico profissional de seus associados e empregados, participando ainda, de campanhas de extensão do cooperativismo e de racionalização dos métodos empresariais, e
- V. Propor ações judiciais coletiva em nome dos seus cooperados.

CAPITULO III

DOS ASSOCIADOS

ADMISSÃO, DIREITOS, RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES.

ARTIGO 3º - Poderá ingressar na COOBRAS, salvo se houver impossibilidade técnica de prestação de serviços (táxi) qualquer motorista profissional autônomo, proprietário de veículo de transporte de passageiros – táxi, legalmente habilitado, que se obrigue a contribuir com os bens ou serviços, para o exercício de uma atividade econômica de proveito comum, que concorde com o presente ESTATUTO e REGIMENTO INTERNO, e não pratique outras atividades que venham a colidir com os interesses e objetivos da entidade.

ARTIGO 4º - O numero de associados não terá limite quanto ao máximo, não podendo, entretanto, ser inferior a 20 (vinte) pessoas físicas.

ARTIGO 5º - Para adquirir a qualidade de associado o candidato, preencherá proposta de admissão, associando-a juntamente com o associado pelo qual foi indicado, e apresentará os seguintes documentos:



- 1) Certidão negativa de antecedência criminal e civil;
- 2) Comprovante de residência;
- 3) Carteira Nacional de Habilitação;
- 4) Carteira de Identidade; e
- 5) Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo.

PARÁGRAFO 1º - Os documentos relacionados neste artigo deverão ser entregues para arquivamento em cópias autenticadas.

PARÁGRAFO 2º - Aprovado o pedido de ingresso pelo Conselho de Administração, admissão do associado se completará com a integralização das quotas – partes do capital social, nos termos e condições previstas neste Estatuto, e com assinatura do Livro de Matrículas, juntamente com o Presidente do Conselho Administrativo.

ARTIGO 6º - Cumprindo o que dispõe o artigo anterior e seus parágrafos, o associado adquire todos os direitos e assume os deveres e obrigações decorrentes do Estatuto, Regime Interno e das deliberações tomadas pela assembleia recebendo um título nominativo.

ARTIGO 7º - São direitos do associado:

- I. Participar de todas as atividades que constituam objeto da COOBRAS, com ela operando em todos os setores,
- II. Tomar parte nas Assembleias Gerais, discutindo e votando os assuntos nelas tratados, ressalvados os casos previstos no artigo 27 e seus parágrafos;
- III. Propor ao Conselho de Administração ou às Assembleias Gerais, medidas que julgar convenientes ao interesse social;
- IV. Votar e ser votado para preenchimento de cargos em órgãos sociais, ressalvados os impedimentos do artigo 27;
- V. Desligar-se da COOBRAS quando lhe convier;
- VI. Solicitar, por escrito, quaisquer informações e esclarecimentos quando houver particular interesse sobre os negócios da cooperativa; e



- VII. Recorrer à Junta Disciplinar de Recursos, quando a seu juízo, considerar-se injustificado por penalidade sofrida, decorrente de transgressão disciplinar apurada pelo Conselho de Disciplina, observando-se o disposto no artigo 60º.

PARÁGRAFO 1º - A fim de serem apreciadas pela Assembléia Geral, as propostas dos associados, referidas no inciso III deste artigo, deverão ser apresentadas ao Conselho de Administração com antecedência mínima de 15 (quinze) dias para que possam constar do respectivo Edital de Convocação.

PARÁGRAFO 2º - As propostas subscritas por 1/5 (um quinto) dos associados serão obrigatoriamente levadas pelo Conselho de Administração à Assembléia Geral e, não o sendo, poderão ser apresentadas pelos associados proponentes diretamente.

PARÁGRAFO 3º - Os herdeiros do associado falecido têm direito ao capital realizado e demais créditos pertencentes ao extinto, assegurando-lhes o direito de ingressar no COOBRAS desde que preencham as condições estabelecidas neste ESTATUTO. Caso não preencham as condições serão indenizadas mediante a apresentação do espólio emitida pela Justiça.

ARTIGO 8º - O cooperado tem o dever e a obrigação de:

- I. Subscrever e integralizar as quotas-partes do capital, nos termos deste ESTATUTO;
- II. Contribuir com as taxas quinzenais, de manutenção, inclusive da Administração, e encargos operacionais que forem estabelecidos;
- III. Cumprir as disposições do Estatuto e do Regimento Interno, respeitando as resoluções regularmente tomadas pelo Conselho de Administração e as deliberações da Comissão de Disciplina e da Junta Disciplinar de Recursos e das Assembléias Gerais, sob pena de sofrer as sanções cabíveis;
- IV. Satisfazer pontualmente seus compromissos com a Cooperativa, dentre os quais o de participar ativamente de sua vida societária;
- V. Concorrer, com o couber, e em conformidade com as disposições do Estatuto, para a cobertura das despesas da sociedade;
- VI. Contribuir com sua parte nas perdas eventualmente apuradas, caso o Fundo de Reserva não seja suficiente para cobri-las.

PARÁGRAFO 1º - O associado que ficar inadimplente com as taxas quinzenais de manutenção, inclusive as Administrativas e os encargos operacionais que forem



estabelecidos, na forma do inciso II do caput deste artigo, será suspenso das suas atividades, cuja suspensão será revogada tão logo quitado o débito.

PARÁGRAFO 2º - Caso o associado não faça o pagamento dos débitos previstos no parágrafo anterior, em até 60 (sessenta) dias, a contar da data da suspensão, sofrerá processo de sua eliminação da Cooperativa, nos termos deste estatuto.

PARAGRAFO 3º – O associado responde subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela Cooperativa perante terceiros até o limite das quotas-partes do capital que subscreverem e o montante das perdas que caibam, na proporção das operações que houver realizado com a COOBRAS, perdurando essas responsabilidades para os demitidos, eliminados ou excluídos, até a data que forem aprovadas pela Assembléia Geral, as contas do exercício em que se deu o desligamento. Entretanto, somente poderá ser invocada, depois de judicialmente exigida da Cooperativa.

CAPITULO IV

DA DEMISSÃO, ELIMINAÇÃO E EXCLUSÃO DO ASSOCIADO.

ARTIGO 9º - A demissão do associado, que não poderá ser negada, dar-se-á unicamente ao seu pedido e será requerida ao Presidente, sendo por este levada ao conhecimento do Conselho de Administração em sua primeira reunião, e averbada no Livro de Matrícula, mediante termo assinado pelo Presidente, podendo, ainda, ser anotada no Título Nominativo, se o associado o solicitar.

ARTIGO 10º - A eliminação do associado, que será aplicada em virtude da infração da Lei, desde Estatuto, ou do Regimento Interno, será feita por decisão do Conselho de Administração, com aprovação no mínimo de 2/3 (dois terços) de voto favoráveis de seus membros.

PARÁGRAFO 1º - A aplicação ou não da penalidade prevista neste artigo dar-se-á após a regular notificação do associado, que terá um prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento da notificação, para apresentar sua defesa.

PARÁGRAFO 2º - O Conselho de Administração deverá eliminar o associado que:



- I. Vier a exercer qualquer atividade considerada prejudicial à Cooperativa ou que colida com seus objetivos;
- II. Depois de advertido, voltar a infringir disposições da Lei, deste Estatuto, e do Regimento Interno, das resoluções do Conselho de Administração ou deliberações da Assembléia Geral, e
- III. Deixar de cumprir as disposições do artigo 8º deste ESTATUTO.
- IV. O associado que, por comprovada culpa, causar à Cooperativa, a perda de algum convênio ou incidir na previsão do artigo 39 deste Estatuto.

PARÁGRAFO 3º - No prazo de 30 (trinta) dias da eliminação do associado o Conselho de Administração deverá comunicar o fato ao interessado, enviando-lhe cópia autenticada da decisão, por processo que comprove as datas da remessa e do recebimento.

PARÁGRAFO 4º - O associado eliminado poderá, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da notificação, interpor recurso à Cooperativa, o qual será julgado na próxima Assembleia Geral. Não sendo interposto o recurso no prazo supra, a eliminação do cooperado será considerada imediata e definitiva.

PARÁGRAFO 5º - Interposto o recurso, ficam suspensos os efeitos da eliminação até a deliberação definitiva na primeira Assembléia Geral dos cooperados, que vier a realizar-se.

ARTIGO 11º - A exclusão do associado será feita:

- I. Por dissolução da pessoa jurídica;
- II. Por morte da pessoa física;
- III. Por incapacidade civil não suprida;
- IV. Por deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na Cooperativa.

ARTIGO 12º - Em qualquer caso, como nos de demissão, eliminação ou exclusão, o associado terá direito a restituição do capital que integralizou na forma da lei e em conformidade as normas estatutárias, não lhe cabendo nenhum outro direito.



PARÁGRAFO 1º - A restituição de que trata este artigo, somente poderá ser exigido, depois de aprovado pela Assembléia Geral, o balanço do exercício social em que o associado tenha sido desligado da Cooperativa.

PARÁGRAFO 2º - A Administração da Cooperativa poderá determinar que a restituição do capital seja feita de uma só vez ou em parcelas iguais e mensais, a partir do exercício financeiro que se seguir ao que se deu o desligamento.

PARÁGRAFO 3º - Ocorrendo demissão, eliminação ou exclusão de associados em número tal que as restituições das importâncias referidas no artigo, possam ameaçar a estabilidade econômico-financeira da Cooperativa, esta poderá restituí-las mediante critério que resguardem a sua continuidade.

ARTIGO 13º - Os deveres dos associados perduram para os demitidos, eliminados ou excluídos, até que sejam aprovadas pela Assembléia Geral, as contas do exercício social em que o cooperado deixou de fazer parte da sociedade.

CAPITULO V

DO CAPITAL SOCIAL

ARTIGO 14º - O capital social da Cooperativa, representado por quotas-partes, é ilimitado quanto ao máximo e varia conforme o número total de quotas-partes subscritas, não podendo, porém, ser inferior a R\$40.000,00 (quarenta mil reais).

ARTIGO 15º - O Capital Social é subdividido em quotas-partes no valor de R\$ 25,00 (vinte cinco reais), cada quota.

ARTIGO 16º - As quotas-partes são indivisíveis, transferíveis, desde que preencha todos os requisitos legais do presente Estatuto e o Regimento Interno, servindo, ainda, de base para crédito na sociedade, respondendo como garantia por obrigações assumidas pelo cooperado com a mesma.

PARÁGRAFO 1º - As quotas- partes, depois de integralizadas, poderão ser transferidas, mediante averbação no Livro de Matrículas, contendo as assinaturas do cedente, do cessionário e do Presidente, ou de seu substituto eventual e o pagamento de 1 (um) salário mínimo vigente como taxa administrativa. Caso a transferência seja efetuada entre os sócios, a taxa administrativa passa a ser de 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo vigente,



PARÁGRAFO 2º - A subscrição de quotas-partes, sua realização, transferência ou restituição será sempre escriturada no Livro de Matrículas.

PARÁGRAFO 3º - Independente da quantidade das quotas-partes integralizadas desde que atinga o mínimo legal, cada associado terá direito de ingressar apenas 01 (um) táxi na Cooperativa.

ARTIGO 17º - O associado que ingressar na COOBRAS a partir desta data, obriga-se a subscrever no mínimo 80 (oitenta) quotas-partes do Capital e no máximo tantas quantas lhes convierem, contanto que não ultrapasse 1/3 (um terço) do valor total das quotas-partes do Capital Social subscrito.

PARÁGRAFO 1º - No ato d subscrição do Capital Social o cooperado poderá integralizar suas quotas-partes à vista ou em prestações mensais e sucessivas, independentes de chamada, ou por meio de contribuições, a critério do Conselho de Administração.

PARÁGRAFO 2º - Caso o associado subscreva o número mínimo de quotas-partes do Capital Social de que trata este artigo, obriga-se este a integralizar, 40% (quarenta por cento) das cotas a vista e o restante dividido em 10 (dez) parcelas iguais, com vencimento a cada trinta dias contando da data da subscrição.

PARÁGRAFO 3º - A falta de pagamento no prazo estipulado implicará na cobrança de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor devido, e se o atraso for superior a 30 (trinta) dias, além da multa, as quotas serão corrigidas monetariamente.

PARAGRAFO 4º - O associado que subscrever quantas quotas-partes lhe convier e não integralizar, no prazo determinado, o mínimo das quotas-partes conforme estipulado no artigo 17, será considerado desistente.

ARTIGO 18º - Para efeito de integralização das quotas-partes e aumento de capital social, poderá a Cooperativa receber bens avaliados previamente, ou mediante retenção de determinada porcentagem, tomando-se por base o movimento financeiro de cada associado, podendo ser revista à sua taxa de percentual, sempre que necessário, após homologação da Assembléia Geral.

PARÁGRAFO ÚNICO - O associado não poderá subscrever mais de 1/3 (um terço) do total do Capital Social.



TITULO II

DOS ÓRGÃOS SOCIAIS – ESTRUTURA GERAL

ARTIGO 19º - A gestão das atividades da COOBRAS processar-se-á por atuação e deliberação dos seguintes órgãos:

- I. Assembléia Geral de Cooperados, de características:
 - Ordinária; ou
 - Extraordinária.
- II. Conselho de Administração;
- II. Conselho Fiscal;
- III. Conselho de Disciplina, e
- IV. Junta Disciplinar de Recursos.

PARÁGRAFO ÚNICO – A criação de órgãos para a consecução dos objetivos sociais estatuídos no artigo 2º, assim como, suas atribuições e funções serão objeto de ato normativo próprio aprovado e baixado pelo Conselho de Administração, e far-se-á na medida em que o vulto de atividades atinja o grau de complexidade que justifique e aconselhe a implantação dos mesmos.

SEÇÃO I

DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS

ARTIGO 20º - A Assembléia Geral dos Associados, que poderá ser Ordinária ou Extraordinária, é o órgão supremo da sociedade, dentro dos limites legais e estatutários, tem poderes para decidir sobre qualquer assunto de interesse, desenvolvimento e defesa desta, e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

ARTIGO 21º - A Assembléia Geral será convocada com a antecedência mínima de 10 (dez) dias, em primeira convocação, mediante editais afixados em locais apropriados das dependências comumente mais frequentadas pelos associados,



publicação no Diário Oficial, veiculação através do sistema de comunicação da COOBRAS e comunicação aos cooperados através de circulares.

PARÁGRAFO 1º - Caso não haja, no horário estabelecido, “quorum” de instalação, a Assembléia Geral poderá ser realizada em segunda ou terceira convocação, quando então será observado o intervalo mínimo de uma hora entre a realização por uma ou outra convocação.

PARÁGRAFO 2º - As 03 (três) convocações poderão constar de um único edital, desde que dele constem expressamente, os prazos para cada uma delas.

ARTIGO 22º - A convocação da Assembléia Geral será feita pelo Presidente, por qualquer dos órgãos da administração, pelo Conselho Fiscal, ou após solicitação não atendida, por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo dos seus direitos sociais.

PARÁGRAFO ÚNICO – No caso da convocação ser feita por associados após solicitação não atendida, o edital terá que ser assinado pelos signatários do pedido.

ARTIGO 23º - Dos editais de convocação das Assembléias Gerais deverão constar:

- I. A denominação da cooperativa, seguida da expressão “convocação da Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária”, conforme o caso;
- II. O dia e a hora da reunião em cada convocação, assim como, o local de sua realização, o qual salvo motivo justificado será sempre o da sede social;
- III. A sequência numérica da convocação;
- IV. A ordem do dia dos trabalhos, com as devidas especificações;
- V. O número de cooperados existentes na data da expedição do edital, para efeito de cálculo do “quorum” de instalação;
- VI. A data e assinatura do responsável pela convocação.

ARTIGO 24º - O “quorum” para instalação das Assembléias é o seguinte:

- I. 2/3 (dois terços) do número de associados em condições de votar, em primeira convocação;
- II. Metade mais 01 (um) dos associados, em Segunda convocação;



III. O mínimo de 10 (dez) associados, em terceira convocação.

PARÁGRAFO 1º - Não havendo o “quorum” necessário para a instalação da Assembléia Geral, convocada nos termos deste artigo, será feita nova convocação, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

PARÁGRAFO 2º - Perdurando a inexistência do “quorum” mínimo, será admitida a intenção de dissolver a sociedade.

PARÁGRAFO 3º - Para efeito de verificação de “quorum”, de que se trata este artigo, o número de associados presentes em cada convocação será comprovado pelas assinaturas no Livro de Presença seguidos dos respectivos números de matrícula.

ARTIGO 25º - As deliberações nas Assembléias Gerais serão tomadas por maioria de votos dos associados presentes, observada a singularidade dos mesmos.

PARÁGRAFO 1º - Cada cooperado presente nas Assembléias Gerais não terá direito a mais de um voto, qualquer que seja o número de suas quotas-partes.

PARÁGRAFO 2º - Habitualmente, a votação será a descoberto (levantando-se os associados que não aprovam), mas a Assembléia poderá optar pelo voto secreto, atendendo-se, então, às normas usuais.

PARÁGRAFO 3º - Os sócios que por qualquer motivo ficarem impossibilitados de participarem de assembleias, não poderão delegar seus direitos de voto através procuração.

ARTIGO 26º - Não poderá participar da Assembléia Geral, além dos impedidos por transgressão de qualquer disposição estatutária, o associado que tenha sido admitido após sua convocação.

PARÁGRAFO 1º - Os ocupantes de cargos sociais, como também quaisquer outros associados, não poderão votar nas decisões sobre assuntos que a eles se refiram, de maneira direta ou indireta, entre os quais as de prestação de contas, fixação de pró-labore ou verba de representação, mas não ficam privados de tomarem parte nos debates, objeto da Assembléia.

PARÁGRAFO 2º - Nas Assembléias Gerais em que forem discutidos os Balanços, Prestações de Contas, o Presidente da Cooperativa, logo após a leitura do relatório do Conselho Fiscal, solicitará ao plenário que escolha um associado para coordenar os trabalhos e a votação da matéria.



PARÁGRAFO 3º - Transmitida à direção dos trabalhos, o Presidente e demais membros dos Conselhos que tenham tomado assento na mesa diretora á deixarão, permanecendo, contudo no recinto, à disposição da Assembléia, para os esclarecimentos que lhes forem solicitados.

PARÁGRAFO 4º - O coordenador indicado escolherá entre os associados um secretário para auxiliá-lo nos trabalhos como também redigir as decisões a serem incluídas na ata, que serão lavradas no livro próprio.

ARTIGO 27º - A Assembléia Geral de cooperados será presidida:

- I. Pelo Presidente, auxiliado pelo Diretor-Secretário, sendo também convidados a participar da mesa os ocupantes de cargos sociais presentes;
- II. Por cooperado, escolhido na ocasião, de acordo com o artigo 23, devendo convidar para a composição da mesa os signatários do edital de convocação respectivo, e ser auxiliado por secretário, escolhido por ele;
- III. Por cooperado, de acordo com o disposto nos parágrafos 2º artigo anterior, naqueles casos em que forem discutidos os Balanços e Contas.

PARÁGRAFO ÚNICO – Na ausência do Diretor-Secretário e de seu substituto, o Presidente convocará um dos associados que esteja presente para secretariar os trabalhos e lavrar a respectiva ata.

ARTIGO 28º - É de competência das Assembléias Gerais Ordinárias ou Extraordinárias, a destituição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

PARÁGRAFO ÚNICO – Ocorrendo destituição que possa comprometer a regularidade da Administração ou Fiscalização da entidade, poderá a Assembléia designar administradores e conselheiros provisórios, até a posse dos eleitos, cuja eleição se realizará no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

ARTIGO 29º - As deliberações das Assembléias Gerais somente poderão versar sobre os assuntos constantes do edital de convocação e os que com eles tiverem direta e imediata relação.



ARTIGO 30º - O que ocorrer na Assembléia deverá constar de Ata circunstanciada, lavrada em livro próprio ou em folhas soltas. A mesma será lida aprovada e assinada, no final dos trabalhos pelo Diretor-Secretário e demais componentes de mesa, por uma comissão de 10 (dez) associados, designados pela Assembléia Geral e ainda por quantos o queiram fazer.

ARTIGO 31º - Prescreve em dois anos, a ação para anular as deliberações da Assembléia Geral viciadas de erro, dolo, fraude ou simulações, ou tomadas com violação da Lei ou do Estatuto, contado o prazo da data em que a Assembléia tiver sido realizada.

SEÇÃO II

DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

ARTIGO 32º - A Assembléia Geral Ordinária se reunirá obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos três primeiros meses após o término do exercício social, cabendo-lhe especialmente:

- I. Deliberar sobre a prestação de contas dos órgãos de Administração compreendendo o Relatório da Gestão, o Balanço e o Demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes e Parecer do Conselho Fiscal;
- II. Dar destinação às sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade, deduzindo-se no primeiro caso, as parcelas para os Fundos Obrigatórios.
- III. Eleição, reeleição e destituição, quando for o caso, de ocupantes de cargos sociais;
- IV. Deliberar sobre os planos e programas de trabalho da sociedade formulados pelo Conselho de Administração para o ano entrante;
- V. Fixar, quando for o caso, pró-labore ou verbas de representação para o Presidente, Diretores e Administradores,



bem como, o valor da cédula de presença, para os ocupantes de cargos sociais, pelo comparecimento às respectivas reuniões;

- VI. Quaisquer assuntos de interesse social, exceto os enumerados no parágrafo 1º do artigo 35 deste Estatuto.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os membros dos órgãos de Administração e Fiscalização não poderão participar da votação das matérias referidas nos itens I e V, deste artigo.

ARTIGO 33º - À aprovação dos balanços, contas e do relatório da gestão do Conselho de Administração, desonera seus integrantes de responsabilidades, salvo os casos de erro, dolo, fraude ou simulação, bem como infração da lei ou do Estatuto.

SEÇÃO III

DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA.

ARTIGO 34º - A Assembléia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessário e tem poderes para deliberar sobre quaisquer assuntos de interesse da sociedade, desde que constem do Edital de Convocação.

PARÁGRAFO 1º - É de competência exclusiva da Assembléia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:

- I. Reforma do Estatuto;
- II. Fusão, incorporação ou desmembramento;
- III. Mudança do objeto da sociedade;
- IV. Dissolução voluntária da sociedade e nomeação dos liquidantes;
- V. Deliberar sobre as contas dos liquidantes.

PARÁGRAFO 2º - São necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes para tomar válidas as deliberações de que trata este artigo.



CAPÍTULO VI

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

ARTIGO 35º - A Cooperativa será administrada por um Conselho de Administração, composto de 05 (cinco) membros efetivos: Presidente, Vice-Presidente, Diretor-Secretário, Diretor Financeiro e Diretor Comercial – 02 (dois) suplentes, todos associados eleitos pela Assembléia Geral, para um mandato de 02 (dois) anos, sendo obrigatória ao término de cada período eletivo, a renovação de no mínimo 1/3 (um terço) de seus membros.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Para concorrerem aos cargos do Conselho de Administração (membros efetivos), os sócios candidatos deveram comprovar no ato do registro da chapa ter no mínimo 02 (dois) anos de associado e o mesmo tempo de efetivo exercício de atividade na Coobras não podendo ter vínculo empregatício, atividades comerciais, ou serem servidores públicos ativo, fatos que impediriam a completa dedicação à administração da cooperativa.

PARÁGRAFO 2º - O parágrafo anterior no que se refere ao exercício ativo na Coobras não se aplica aos sócios da Coobras que estejam investidos de cargos eletivos de representação sindical.

ARTIGO 36º - O Conselho de Administração rege-se pelas seguintes normas:

- I. Reunir-se-á ordinariamente, em dia e hora previamente marcados, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do Presidente, ou qualquer dos seus integrantes, ou ainda por solicitação do Conselho Fiscal;
- II. Delibera validamente, com a presença da maioria dos seus membros, proibida a representação, sendo as decisões tomadas pela maioria simples dos votos dos presentes, reservado ao Presidente do exercício o voto de desempate;
- III. As deliberações serão consignadas em ata, circunstanciada lavrada no livro próprio ou em folhas soltas, lida, aprovada e assinada ao final dos trabalhos, pelo secretário, e membros do Conselho que estejam presentes.

ARTIGO 37º - O Vice-Presidente substituirá o Presidente, no caso de impedimento inferior a 90 (noventa) dias.



PARÁGRAFO 1º - O impedimento a que se refere este artigo não poderá ser superior a 90 (noventa) dias. Caso em que, dar-se-á vacância do cargo.

PARÁGRAFO 2º - Nos impedimentos de qualquer membro do Conselho de Administração, ou do Conselho Fiscal, por prazo inferior a 90 (noventa) dias, será designado um substituto, entre os suplentes.

PARÁGRAFO 3º - Vagando os cargos de Presidente, Vice-Presidente, ou de qualquer membro do Conselho de Administração ou Conselho Fiscal, será convocada a Assembléia Geral, por qualquer dos componentes do órgão de direção da sociedade, para o preenchimento do(s) cargo(s), no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO 4º - O(s) eleito(s) exercerá (ao) o cargo somente até o final do mandato do(s) seu(s) antecessor (es).

PARÁGRAFO 5º - Perderá automaticamente o cargo o membro do Conselho de Administração, que, sem motivo comprovado faltar 03 (três) reuniões consecutivas ou 06 (seis) alternadas durante o ano.

PARÁGRAFO 6º - Os diretores responsáveis pela cooperativa terão direito a 30 (trinta) dias de férias remunerada no final de cada exercício social, sendo expressamente proibida a ausência dos mesmos em períodos coincidentes, caso haja necessidade da convocação do suplente o diretor em recesso este terá remuneração de 50% (cinquenta por cento) e seu suplente terá direito a remuneração integral.

ARTIGO 38º - Os diretores do Conselho de administração, efetivos, serão responsabilizados pessoalmente pelos danos financeiros e materiais, causados à cooperativa desde que comprovada o dolo, arcando com o prejuízo, colocando bens em penhora para cobertura dos prejuízos causados. Em caso de substituição os suplentes que assumirem serão responsáveis pelo período da sua administração.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os diretores terão como limite o equivalente a 30 (trinta) salários mínimos vigentes para despesas operacionais da cooperativa, com abono prévio do Conselho Fiscal. Não estão inclusos como despesas operacionais a que se refere este parágrafo os encargos sociais e tributários, e os repasses aos cooperados, bem como as cooperativas parceiras na prestação de serviços de transporte de passageiros, acima do valor supra, estipulado, somente com aprovação da Assembléia Geral Extraordinária, convocada para este caso específico.

ARTIGO 39º - São inelegíveis, além dos impedidos por lei, os condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, suspeita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade.



PARÁGRAFO ÚNICO – Não podem compor o Conselho de Administração, os parentes entre si até o 2º (segundo) grau, em linha reta ou o lateral.

ARTIGO 40º - Os membros do Conselho de Administração, bem como associados, que, em qualquer operação, tenham interesses opostos ao da sociedade, não podem participar das deliberações referentes a essa operação, cumprindo-lhe acusar o seu impedimento.

ARTIDO 41º - Os componentes do conselho de administração ocupantes de cargo de direção, e de Conselho Fiscal, assim como os liquidantes, equiparam-se aos administradores das sociedades anônimas, para efeito de responsabilidade criminal.

ARTIGO 42º - Sem prejuízo da ação que couber ao associado, a Cooperativa, por seus dirigentes, ou representada por associado escolhido em Assembléia, terá direito de ação contra os administradores, para promover sua responsabilidade.

CAPITULO VII

DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

ARTIGO 43º - Competem ao Conselho de Administração, no desempenho de suas funções e atribuições, dentro dos limites da lei e deste Estatuto, atendidas as decisões e recomendações da Assembléia Geral, planejar, programar e estabelecer normas de funcionamento, operacionalização e controle dos serviços da Cooperativa, assim como estabelecer sanções ou penalidades contra fraude ou abusos cometidos pelos associados, administradores e empregados da Cooperativa e acompanhar os resultados.

PARÁGRAFO 1º - As normas de que trata este artigo serão baixadas em forma de Resolução ou Regulamentos e constituirão o Regimento Interno da Cooperativa.

ARTIGO 44º - No desempenho de suas funções cabe ao Conselho de Administração, entre outras, as seguintes atribuições:

- I. Programar, planejar, coordenar e controlar as operações e serviços, estabelecendo controle de qualidade, fixando



quantidades, valores, prazos, taxas e encargos e demais condições necessárias à sua efetivação;

- II. Avaliar e providenciar o montante dos recursos financeiros e dos meios necessários ao atendimento das operações e serviços;
- III. Estimar, previamente, a viabilidade econômica das operações e serviços e a sua rentabilidade;
- IV. Fixar as despesas de administração em orçamento anual, que indique a fonte de recursos para sua cobertura;
- V. Estabelecer normas para o funcionamento da sociedade, assim como normas de disciplina funcional;
- VI. Contratar, demitir profissionais, gerentes, técnicos ou comerciais, e outros não especializados, caso a mão-de-obra dos associados, especializada ou não, for insuficiente para o funcionamento e operacionalização das atividades da Cooperativa, fixar salários ou outro tipo de remuneração. Compensatória, quando se tratar de associado, sem vínculo empregatício;
- VII. Contratar quando, se fizer necessário serviço independente de auditoria, para fins do disposto no artigo 112 da lei nº 5.764/71;
- VIII. Indicar o banco ou bancos, nos quais devem serem feitos os depósitos dos recursos financeiros disponíveis e sua movimentação em conta-corrente e fixar o limite máximo do saldo que poderá ser mantido em caixa;
- IX. Acompanhar e controlar mensalmente, a situação econômico-financeira da cooperativa e o desenvolvimento das atividades em geral, através de Balancetes de Contabilidade e demonstrativos específicos;
- X. Deliberar sobre a convocação da Assembléia Geral, Ordinária ou Extraordinária;
- XI. Deliberar sobre a admissão, demissão, eliminação ou exclusão de associados;
- XII. Estabelecer prioridade para a execução de programas, serviços ou qualquer atividade de interesse social;



- XIII. Avaliar a conveniência, fixar o limite de fiança ou seguro de fidelidade para qualquer membro do Conselho de Administração, ou funcionários, associados ou não, que manipulem dinheiro ou valores da Cooperativa;
- XIV. Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis, da Cooperativa, com prévia e expressa autorização da Assembléia Geral;
- XV. Contrair obrigações, transigir, concordar, discordar, receber, dar quitação e construir mandatário, como também adquirir bens imóveis;
- XVI. Aplicar sanções ou penalidade em caso de violação da lei, deste Estatuto, ou deliberação do Conselho;
- XVII. Zelar pelo cumprimento das leis cooperativas e outras aplicáveis à espécie, bem como pelo atendimento de Legislação Trabalhista, Fiscal e Previdenciária.

PARÁGRAFO 1º - Conselho de Administração, poderá contratar sempre, que julgar conveniente, o assessoramento de técnico para auxiliá-lo nos esclarecimentos, e dirimir dúvidas acerca dos assuntos a decidir, podendo determinar que o mesmo apresente previamente projetos sobre questões específicas.

PARÁGRAFO 2º - O Conselho de Administração poderá ainda, constituir comitês especiais ou comissões transitórias ou não observadas as regras estabelecidas neste Estatuto, para estudar, planejar e coordenar soluções de questões específica .

ARTIGO 45º - Ao Presidente compete, entre outras as seguintes atribuições:

- I. Convocar e presidir a Assembléia Geral dos associados, como também as reuniões do Conselho de Administração;
- II. Supervisionar as atividades da Cooperativa, manter contato com os associados e coordenar o trabalho dos profissionais a serviço da mesma bem como de todos os empregados;
- III. Assinar, juntamente com o Diretor-Financeiro, cheques, contratos e demais documentos constitutivos ou não de obrigações da sociedade, podendo, entretanto, por conveniência da Administração, o Conselho delegar referidas atribuições ao Vice-Presidente, ou outro membro a Administração;



- IV. Caso venha ocorrer à delegação de que trata o item anterior, o Vice-Presidente assinará os documentos em referência, juntamente com o Diretor-Financeiro;
- V. Verificar frequentemente, juntamente com o Diretor-Financeiro ou em falta deste, o responsável da Cooperativa, inclusive saldo de caixa;
- VI. Apresentar a Assembléia Geral Ordinária, Relatório da Gestão do Exercício social, compreendendo o Balanço, demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes de insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade, o parecer do Conselho de Administração;
- VII. Representar ativa e passivamente a Cooperativa em juízo ou fora dele;
- VIII. Estimar receita e fixar despesa;
- IX. Proferir o voto de desempate;
- X. Adquirir ativo imobilizado ou transferir, salvo, limite estipulado no artigo 39, Parágrafo Único,
- XI. Contratar e demitir funcionários.

ARTIGO 46º - Ao Vice-Presidente compete, entre outras as seguintes atribuições:

- I. Além de substituir o Presidente em seus afastamentos eventuais, na forma estabelecida neste Estatuto, assinará cheques e demais documentos constitutivos de obrigações da sociedade, quando lhe forem delegados tais poderes;
- II. Assessorar o Presidente no planejamento e organização das atividades da Cooperativa e apresentar sugestões que julgar convenientes ao aprimoramento administrativo e sucesso das operações;
- III. Zelar pela disciplina e ordem funcional da entidade.

ARTIGO 47º – Ao Diretor-Secretário compete, entre outras, as seguintes atribuições:

- I. Assessorar, secretariar o Presidente ou outro Conselheiro em exercício da Presidência e lavrar as atas das reuniões do Conselho de Administração e das Assembléias Gerais,



responsabilizando-se pelos livros, documentos, correspondências, arquivos e tudo mais que refira à documentação da sociedade;

- II. Supervisionar a secretaria do Conselho de Administração;
- III. Apresentar a Assembléia Geral Ordinária, relatório das causas e motivos que ocasionem a eliminação ou exclusão de associados;
- IV. Manter rigoroso arquivo de toda a documentação da cooperativa, sendo-lhe afeto o controle da correspondência recebida e expedida;
- V. Interessar-se permanentemente pelos serviços administrativos e operacionais da Cooperativa.
- VI. Interessar-se permanentemente pelos serviços administrativos e operacionais da Cooperativa.

ARTIGO 48º – Ao Diretor-Financeiro compete:

- I. Assessorar o Presidente ou o Vice-Presidente, em exercício da Presidência em todos os atos administrativos e financeiros da Cooperativa;
- II. Colaborar, quando necessário, no planejamento e organização das atividades e serviços em geral da Cooperativa e apresentar as sugestões que julgar convenientes ao aprimoramento administrativo financeiro, bem como para o sucesso das operações e serviços da Cooperativa;
- III. Distribuir, coordenar e supervisionar a execução dos serviços a cargo dos seus auxiliares e zelar pela disciplina e ordem funcional da Sociedade;
- IV. Efetuar os pagamentos e recebimentos, responsabilizando-se pelo saldo de caixa dentro dos limites estabelecidos;
- V. Organizar, com assessoramento de contador, a rotina dos serviços contábeis financeiros da empresa, zelando pela sua escrituração sempre em dia;
- VI. Providenciar os demonstrativos e balancetes contábeis e apresentar mensalmente ao Conselho Fiscal, no devido tempo, a fim serem analisados e aprovados;



- VII. Elaborar o orçamento da Cooperativa contendo a previsão da Receita/Despesa, apresentando ao Conselho para deliberação, ou colaborar no seu preparo, se a referida atribuição estiver sobre a responsabilidade de outro setor;
- VIII. Informar ao Presidente e ao Conselho de Administração, mensalmente no mínimo, ou quando for solicitado ou julgar conveniente, sobre o desenvolvimento das operações e atividades, o andamento dos trabalhos administrativos em geral e o estado econômico-financeiro da Cooperativa;
- IX. Prestar ao Conselho Fiscal e à Assembléia Geral, os esclarecimentos solicitados ou que, julgue conveniente;
- X. Assinar, juntamente com o Presidente ou outro membro da Diretoria Executiva, cheques, contratos e demais documentos constitutivos ou não de obrigações da sociedade;
- XI. Poderá ainda, por delegação do Presidente, admitir e demitir empregados e aplicar pena de disciplina, sujeita à confirmação do Conselho de Administração.

ARTIGO 49º - Ao Diretor-Comercial cabem, entre outras, as seguintes atribuições:

- I. Dar parecer sobre assuntos de natureza comercial concernente às atividades da Cooperativa;
- II. Orientar, coordenar e fiscalizar os trabalhos efetivos à atividade comercial;
- III. Praticar atos para o fiel cumprimento das atribuições que lhe sejam confiadas pelo Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

ARTIGO 50º - Aos membros do Conselho de Administração que sejam suplentes, compete substituir, nos impedimentos eventuais inferiores a 90 (noventa) dias, qualquer dos membros do Conselho, com exceção do Presidente, assumindo suas funções por este período.

PARÁGRAFO ÚNICO – Compete-lhes, ainda, participar das reuniões do Conselho de Administração, acompanhando seus trabalhos.

PARÁGRAFO 51º - É vedada aos administradores da Coobras a contratação para o quadro funcional da Cooperativa, do cônjuge ou companheira (o), parente por



linha reta por consangüinidade até o 3º (terceiro) grau dos administradores e dos sócios da Cooperativa.

CAPITULO VIII

DO CONSELHO FISCAL.

ARTIGO 52º - A administração da sociedade será fiscalizada, assídua e minuciosamente, por um Conselho Fiscal, constituído de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, todos associados, eleitos anualmente pela Assembléia Geral, sendo permitida apenas reeleição de 1/3 (um terço) de seus componentes.

PARÁGRAFO 1º - Não podem fazer parte do Conselho Fiscal, além dos inelegíveis no artigo 40 desde Estatuto, os parentes dos membros do Conselho de Administração, até 2º grau, em linha reta ou grau colateral, bem como os parentes entre si até esse grau.

PARÁGRAFO 2º - O associado não poderá exercer cumulativamente cargos nos órgãos de Administração e Fiscalização.

PARÁGRAFO 3º - Os membros efetivos do Conselho Fiscal, não poderão ter vínculo empregatício, atividades comerciais, e tão pouco serem servidores públicos ativos, fato que impediria a completa dedicação às atividades de fiscalização do Conselho.

ARTIGO 53º - O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário, com a participação de 03 (três) membros.

PARÁGRAFO 1º - Em sua primeira reunião, será escolhido entre seus membros efetivos, o coordenador incumbindo de convocar as reuniões e dirigir os trabalhos desta, e um secretário, para lavrar a ata.

PARÁGRAFO 2º - Na ausência do coordenador, os trabalhos serão dirigidos por substituto, escolhido na ocasião entre seus membros efetivos.

PARÁGRAFO 3º - As reuniões poderão ser convocadas, ainda, por qualquer dos seus membros, por solicitação do Conselho de Administração, da Assembléia Geral, ou ainda, por 1/3 (um terço) dos associados em condições de votar.

PARÁGRAFO 4º - As distribuições serão tomadas por maioria simples de voto, proibida a representação e constarão da ata, lavrada em livro próprio, lida, aprovada e assinada ao final dos trabalhos, de cada reunião, pelos 03 (três) fiscais presentes.



ARTIGO 54º - Nos impedimentos de qualquer membro do Conselho Fiscal superior a 90 (noventa) dias, dar-se-á a vacância do cargo, procedendo-se, então, conforme o artigo 38, parágrafo 3º.

ARTIGO 55º - Compete ao Conselho Fiscal exercer assídua fiscalização, sobre todas as operações, atividades e serviços da Cooperativa, cabendo-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:

- I. Conferir. Mensalmente o saldo numerário que existe em caixa, verificando se o mesmo está dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração;
- II. Verificar se os extratos de contas bancárias conferem com as escriturações da Cooperativa;
- III. Verificar se as operações realizadas e os serviços prestados correspondem em volume, quantidade e valor das previsões feitas, se estão de acordo com as conveniências econômico-financeiras da Cooperativa;
- IV. Examinar se os montantes das despesas e inversões estão em conformidade com os planos e decisões do Conselho de Administração;
- V. Certificar se o Conselho de Administração vem se, reunindo regularmente e se existem cargos vagos na sua composição;
- VI. Inteirar-se de que, os recebimentos dos créditos são feitos com regularidade e se os compromissos sociais são atendidos com pontualidade;
- VII. Averiguar se há problemas com empregados ou associados;
- VIII. Certificar se há exigências ou deveres a cumprir junto às autoridades fiscais, trabalhistas, administrativas e previdenciárias;
- IX. Averiguar se os estoques de materiais, equipamentos e outros estão corretos, bem como se os inventários periódicos ou anuais são feitos com observâncias de regras próprias;
- X. Estudar os balancetes e outros demonstrativos mensais, o balanço e o relatório anual do Conselho de Administração emitindo parecer sobre estes para a Assembléia Geral;



- XI. Dar conhecimento ao Conselho de Administração das conclusões dos seus trabalhos, denunciando a este, à Assembléia Geral ou às autoridades competentes as irregularidades constatadas e convocar a Assembléia sempre que julgar necessário;
- XII. Fiscalizar se os recursos financeiros recebidos pela Cooperativa estão sendo repassados aos associados em tempo hábil.

CAPÍTULO IX

DA COMISSÃO DE ÉTICA E DISCIPLINA E DA JUNTA DISCIPLINAR DE RECURSOS.

ARTIGO 56º - A Comissão de Disciplina é órgão eletivo da Cooperativa, constituído de três (três) membros efetivos e três (03) suplentes, todos associados eleitos para o mandato de um (01) ano, sendo permitida a reeleição de um terço de seus componentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — O Conselho de ética e disciplina, em sua primeira reunião escolherá entre os seus membros, um presidente e um secretário, o primeiro incumbido de dirigir às reuniões e o segundo para secretariar os trabalhos.

PARÁGRAFO SEGUNDO — O Conselho de ética e disciplina reúne-se sempre que convocado, pelo conselho de administração, pela Junta Disciplinar de Recursos ou á seu rogo extraordinariamente com a presença da maioria simples de seus membros.

ARTIGO 57º - A Junta Disciplinar de Recursos é o órgão da Cooperativa para apreciar e decidir em grau de recurso, sobre a justeza das punições e sanções aplicadas a cooperados pelo Conselho de Disciplina, com plenos poderes para:

- I. Confirmá-las;
- II. Modificá-las; e
- III. Anulá-las.

ARTIGO 58º - A Junta Disciplinar de recursos é um órgão não eletivo constituído pelos integrantes do conselho de Administração, pelos membros efetivos do Conselho Fiscal nas condições de “Membros Permanentes” e de 03 (três) outros sócios, estes ocasionais escolhidos entre o quadro de cooperados por sorteio, a ser



realizado no mínimo 72 (setenta e duas) horas antes de cada reunião, excluídos os que acusem ou acusados, os de impedimento natural e mais os ocupantes de cargos no Conselho de Administração.

ARTIGO 59º - A Junta Disciplinar de Recursos, somente se reunirá a rogo de cooperados punidos disciplinarmente, podendo funcionar com mínimo de 06 (seis) e um máximo de 09 (nove) componentes, e as suas deliberações serão tomadas em votação secreta, que se resultar empate devido abstenção ou número par de votantes, favorecerá sempre o cooperado.

PARÁGRAFO 1º - Não poderão ocorrer mais de 02 (duas) reuniões da Junta por mês, mas a mesma apreciará quantos pedidos de recurso possa devidamente programados por reunião.

PARÁGRAFO 2º - Os pedidos de apreciação pela Junta disciplinar em grau de recursos, apresentado por associados punidos, serão acolhido se:

- a) A pena imposta for superior a 72 (setenta e duas) horas;
- b) Se o pedido for apresentado pelo cooperado nas primeiras 24 (vinte e quatro) horas subsequentes ao anúncio oficial da punição;
- c) Pode o recorrente apresentar um ou mais cooperados, para com seu depoimento possa ajudar a esclarecer o fato em epígrafe, bem como o comportamento do associado réu, perante a Cooperativa, clientes, e demais cooperados.

PARÁGRAFO 3º - A Comissão de Disciplina e a Junta Disciplinar de Recursos ouvirá todos os cooperados que comparecerem as suas reuniões em condições de que com seus depoimentos, possam ajudar a formar opinião e esclarecer os fatos aos seus componentes:

- a) A simples apresentação do pedido em grau de recursos a qualquer um dos membros do Conselho de Administração e Fiscal suspenderá automaticamente a penalidade, até a apreciação final da junta.

PARÁGRAFO 4º - É obrigatório o comparecimento de pelo menos um membro do Conselho de Administração, às reuniões da Junta Disciplinar de Recursos, e a sua ausência, implicará na anulação automática das punições em pauta.

PARÁGRAFO 5º - Se a punição impuser ao cooperado supressão do direito ao trabalho profissional na cooperativa, por um período inferior a 72 (setenta e duas) horas o pedido de reconsideração será apreciado pelo próprio Conselho de Administração, sendo acolhido se indicado pelo menos o nome de um associado para



que com seu depoimento possa ajudar a formar opinião e esclarecer o Conselho na confirmação ou não do ato em epígrafe.

TÍTULO III

CAPÍTULO X

BALANÇO, SOBRAS, PERDAS E DANOS.

ARTIGO 60º – O balanço geral, incluindo o confronto da receita à despesa, será levantado no dia 31 do mês de dezembro de cada ano.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os resultados serão apurados separadamente, segundo a natureza das operações.

ARTIGO 61º – Das sobras apuradas no balanço serão deduzidas as seguintes taxas:

- I. 10% (dez por cento) para Fundo de Reserva;
- II. 5% (cinco por cento) para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social;
- III. 12% (doze por cento) em forma de juros ao ano, sobre o capital integralizado.

PARÁGRAFO 1º - As sobras liquidadas apuradas na forma deste artigo serão distribuídas aos associados na proporção das operações realizadas com a Cooperativa, salvo decisão em contrário da Assembléia Geral.

PARÁGRAFO 2º - Os valores não reclamados pelos associados, decorridos cinco anos, reverterão em favor do Fundo de Reserva.

ARTIGO 62º – As perdas, por ventura, verificadas no decorrer do exercício, serão acobertadas com recursos provenientes do Fundo de Reserva e, se insuficiente este,



serão rateadas entre os associados, após a aprovação do balanço, pela Assembléia Geral, na razão direta dos serviços por ele usufruídos, ou seja, na proporção do valor, das operações que houveram realizado com a Cooperativa.

CAPÍTULO XI

DOS FUNDOS.

ARTIGO 63º – O Fundo de Reserva é constituído:

- I. Pela porcentagem a ele destinada;
- II. Pelos créditos não reclamados pelos associados;
- III. Pelos auxílios e doações sem destinação própria.

PARÁGRAFO 1º - O Fundo de Reserva, destinado a reparar eventuais perdas verificadas no exercício social, é indivisível, mesmo no caso de dissolução e conseqüente liquidação da Cooperativa, não tendo direito a ele os associados demissionários, eliminados ou excluídos, destina-se única e exclusivamente a reparar os danos eventuais da sociedade e ao desenvolvimento da cooperativa.

PARÁGRAFO 2º - Em caso de dissolução e liquidação da cooperativa, os créditos remanescentes não comprometidos, inclusive dos fundos indivisíveis, serão recolhidos, e destinar-se-á ao Fundo de Assistência-Técnica ao Cooperativismo.

ARTIGO 64º – O Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social destina-se á prestação de assistência aos associados, seus familiares e empregados da sociedade, mediante convênios ou contratos com entidades especializadas, oficiais ou não, constituído de 5% (cinco por cento) das sobras líquidas apuradas no exercício, dos resultados de operações com não associados, e dos eventuais resultados positivos decorrentes da participação em sociedade não cooperativa, e indivisível, aplicando-se ao mesmo, o disposto no Parágrafo 1º do artigo anterior no que diz respeito á liquidação, demissões, eliminações e exclusão de associados.

PARÁGRAFO ÚNICO – Além dos fundos acima, por decisão da Assembléia Geral, poderão ser criados outros fundos que se fizerem necessários, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.



CAPÍTULO XII

DOS LIVROS

ARTIGO 65º – A cooperativa terá os seguintes livros:

- I. De matrícula;
- II. De atas de Assembléias Gerais;
- III. De atas dos órgãos de Administração;
- IV. De atas do Conselho Fiscal, e Junta de Recursos;
- V. De presença dos associados na Assembléia Gerais;
- VI. Outros, fiscais e contábeis obrigatórios.

PARAGRÁFO ÚNICO - É facultada a adoção dos livros, folhas soltas e fichas.

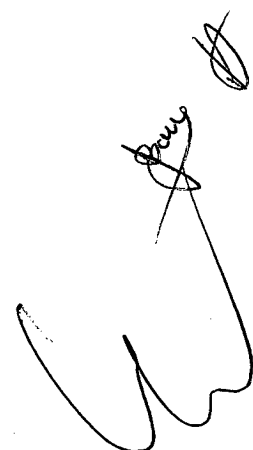
ARTIGO 66º – No livro de matrícula, os associados serão inscritos por ordem cronológica de admissão, dele constando:

- I. Denominação social, CGC e a sede;
- II. A data de sua admissão, demissão, eliminação ou exclusão;
- III. A conta-corrente das respectivas quotas-partes do capital social.

CAPÍTULO XIII

DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 67º – A sociedade cooperativa se dissolverá de pleno direito:



- I. Quando assim deliberar a Assembléia Geral, desde que os associados totalizando o número mínimo exigido por lei, não se disponham a assegurar a sua continuidade;
- II. Devido à alteração de sua forma jurídica;
- III. Pela redução do número mínimo de associados ou do capital social, se até a Assembléia Geral subsequente, realizada em prazo não inferior a 06 (seis) meses, os mesmos não forem re-estabelecidos;
- IV. Pela paralisação de suas atividades, por mais de 120 (cento e vinte) dias.

ARTIGO 68º – Quando a dissolução da sociedade não for promovida voluntariamente, nas hipóteses previstas no artigo anterior, a medida poderá ser tomada judicialmente, a pedido de qualquer associado.

ARTIGO 69º – Quando a dissolução for deliberada pela Assembléia Geral, esta nomeará um liquidante, ou mais, e um Conselho Fiscal composto de 03 (três) membros para proceder à liquidação.

PARÁGRAFO ÚNICO – A Assembléia Geral, nos limites de suas atribuições, poderá, em qualquer época, destituir os liquidantes e os membros do Conselho Fiscal, designado os seus substitutos.

ARTIGO 70º – Em todos os atos e operações, os liquidantes deverão usar a denominação da Cooperativa, seguida de Expressão “em liquidação”.

ARTIGO 71º – Os liquidantes terão os poderes normais de Administração, podendo praticar atos e operações necessárias e realização do ativo e pagamento do passivo.

ARTIGO 72º – As obrigações e as responsabilidades dos liquidantes regem-se pelos preceitos peculiares aos dos administradores da sociedade liquidada.

ARTIGO 73º – O liquidante não poderá, sem autorização da Assembléia Geral, gravar ônus aos móveis e imóveis da sociedade, contratar empréstimos, salvo quando



indispensável para o pagamento de obrigações inadiáveis, nem prosseguir, embora para facilitar a liquidação, na atividade social.

ARTIGO 74º – Quando a liquidação for deliberada pela Assembléia Geral, o Conselho de Administração estabelecerá de acordo com as disposições da legislação vigente, os prazos e procedimentos adequados a sua execução.

PARÁGRAFO ÚNICO – O associado discordante terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação da ata para promover a ação que couber.

CAPÍTULO XIV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

SEÇÃO I

DO PROCESSO ELEITORAL

ARTIGO 75º – A eleição para os cargos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal realizar-se à em Assembléia Geral Ordinária, conforme período de mandato definidos neste Estatuto, e a posse, na mesma Assembléia, sempre no primeiro trimestre, após a prestação de contas e aprovação das mesmas pela Assembléia.

ARTIGO 76º – O sufrágio é direito, o voto é secreto, podendo em caso de inscrição de uma única chapa optar-se pelo sistema de aclamação.

ARTIGO 77º – Somente podem concorrer às eleições candidatos que integram chapa completa.

PARÁGRAFO ÚNICO – A chapa inscrita para o Conselho de Administração poderá ser adversa da chapa do Conselho Fiscal. Observando que, quando a chapa for conjunta, deverá especificar o órgão da Administração e o de Fiscalização.



ARTIGO 78º – O edital de convocação e as circulares aos associados, para a Assembléia Geral Ordinária, em que se realizará a eleição para o Conselho de Administração, serão publicados e expedidos com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

ARTIGO 79º – A publicação do edital a que se refere o artigo anterior será feita através do Diário Oficial do Distrito Federal, em uma única publicação, ou em outro veículo de comunicação de grande circulação.

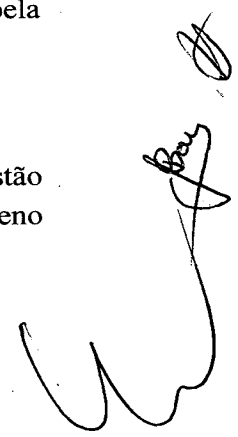
PARÁGRAFO ÚNICO – O prazo para inscrição das chapas concorrentes às eleições anuais, quando não ocorrer eleição de Conselho de Administração, será de até 05 (cinco) dias antes da realização da respectiva Assembléia Geral Ordinária.

ARTIGO 80º – As inscrições das chapas para o Conselho de Administração e Fiscal realizar-se-ão na sede da cooperativa nos prazos estabelecidos, em dias úteis, no horário comercial, devendo ser utilizado para tal fim, um requerimento dirigido ao Presidente da Entidade.

ARTIGO 81º – As chapas concorrentes, aos cargos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, deverão apresentar:

- I. Relação nominal dos concorrentes, com o respectivo número de inscrição constante no livro de matrícula da sociedade;
- II. Declaração de bens;
- III. Declaração de elegibilidade – artigo 51 da Lei n º 5.764/71;
- IV. Indicação de 2 (dois) fiscais para acompanhar a votação e apuração;
- V. Autorização por escrito dos candidatos;
- VI. Certidões civil e criminal;
- VII. Certidão de Contribuição de Tributos Federais, expedido pela Receita Federal; e
- VIII. Certidão negativa da Secretaria da Fazenda – GDF.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os fiscais indicados no item IV deste artigo estão impedidos de concorrerem a cargos na eleição determinada, e deverão estar em pleno gozo de seus direitos.




ARTIGO 82º – Formalizando o registro, será admitida substituição de candidato, até 03 (três) dias antes da instalação da Assembléia Geral, sendo que o candidato substituto deverá preencher todos os requisitos legais estabelecidos neste Estatuto e deliberações, tendo 20 (vinte) dias de prazo para entrega dos documentos exigidos no artigo 81, caso não cumpra as exigências sua eleição estará automaticamente suspensa.

ARTIGO 83º – Havendo chapa concorrente aos demais Conselhos, diversa da composta para o Conselho de Administração, as cédulas serão separadas para cada um dos Conselhos e as inscrições deverão ser realizadas com antecedência mínima de 08 (oito) dias úteis antes da realização da respectiva Assembléia Geral.

SEÇÃO II

DOS SERVIÇOS DE CONTABILIDADE.

ARTIGO 84º – Os serviços de contabilidade serão organizados segundo as normas gerais de contabilidade.

PARÁGRAFO ÚNICO – Cabe ao contador, entre outros os seguintes encargos:

- I. Preparar o plano de contas e organizar a execução dos registros de contabilidade geral com a audiência de um dos membros do Conselho de Administração.
- II. Assessorar o Conselho de Administração em todos os assuntos de natureza contábil;
- III. Manter sempre em dia os serviços contábeis e seus cargos;
- IV. Levantar mensalmente o balancete, demonstrativo comparado da execução orçamentária e outros considerados necessários ao estudo do desenvolvimento das operações que lhe sejam solicitados pelo Conselho de Administração;
- V. Responsabilizar-se pela guarda dos livros e documentos relacionados com a contabilidade;
- VI. Responsabilizar-se pelo exame aritmético, moral e legal dos documentos submetidos aos registros de contabilidade geral;



- VII. Transmitir aos conselhos de Administração e Fiscal e à Assembléia Geral, os esclarecimentos que lhes forem solicitados sobre o estado da contabilidade e negócios sociais, assim como as informações que julgar convenientes sobre o andamento dos serviços contábeis.

ARTIGO 85º – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei e os princípios doutrinários.

ARTIGO 86º – Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas ou pendência decorrente deste ESTATUTO, com expressa exclusão de qualquer outro que as partes tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

ARTIGO 87º – Esta reforma estatutária foi aprovada pela Assembléia Geral da Cooperativa dos Condutores Autônomos de Brasília Ltda. – COOBRÁS, realizada em 10 de Novembro de 2018, e vai assinada pelo Presidente e pelo Diretor-Secretário e entrará em vigor na data do seu registro e arquivamento na Junta Comercial do Distrito Federal.

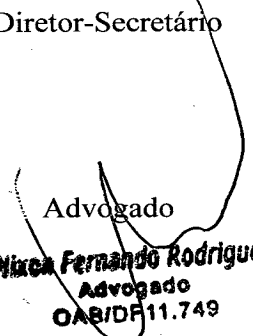
Brasília – DF, 10 de novembro de 2018.


Newton Rodrigues Guimarães
 Diretor Presidente

Diretor Presidente


JOSÉ DE RIBAMAR RAMOS DA SILVA

Diretor-Secretário


 Advogado
Nivaldo Fernando Rodrigues
 Advogado
 OAB/DF 11.749

